



# Diário da Assembleia

LEI N. 6.896, DE 4 DE SETEMBRO DE 1962

Concede pensão mensal a Dona Herundina Peçanha da Silva

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo decreta e eu, Conceição da Costa Neves, na qualidade de seu Presidente, em exercício, promulgo nos termos do artigo 25, parágrafo único, da Constituição Estadual, a seguinte lei:

Artigo 1.º — É concedida, em caráter excepcional, a D. Herundina Peçanha da Silva, viúva do senhor José Preto da Silva, ex-Distribuidor, Contador e Partidor da Comarca de Atibaia, a pensão mensal e vitalícia equivalente a 70% (setenta por cento) do valor do salário mínimo que vigor na Capital de São Paulo.

Parágrafo único — A beneficiária perderá o direito à pensão a que se refere este artigo se vier a contrair novas nupcias.

Artigo 2.º — A despesa decorrente da execução da presente lei correrá por conta da verba própria do orçamento.

Artigo 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 4 de setembro de 1962.

a) Conceição da Costa Neves Presidente em exercício  
Publicada na Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 4 de setembro de 1962.

a) Francisco Carlos, Diretor Geral Substituto

LEI N. 6.897, DE 4 DE SETEMBRO DE 1962

Dispõe sobre criação de uma Faculdade de Farmácia e Odontologia em Assis.

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo decreta e eu, Conceição da Costa Neves, na qualidade de seu Presidente, em exercício, promulgo nos termos do artigo 25, parágrafo único, da Constituição Estadual, a seguinte lei:

Artigo 1.º — Fica criada, como instituto isolado do sistema estadual de ensino superior, uma Faculdade de Farmácia e Odontologia na cidade de Assis.

Artigo 2.º — A instalação da Faculdade de que trata o artigo anterior fica condicionada à cessão, por parte da Prefeitura Municipal local, de prédio para o seu funcionamento.

Artigo 3.º — A lei orçamentária do exercício em que se der a instalação do estabelecimento de ensino ora criado consignará verbas necessárias a ocorrer às respectivas despesas.

Artigo 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 4 de setembro de 1962.

a) Conceição da Costa Neves Presidente em exercício  
Publicada na Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 4 de setembro de 1962.

a) Francisco Carlos, Diretor Geral Substituto

LEI N. 6.898, DE 4 DE SETEMBRO DE 1962

Dispõe sobre contagem de tempo de serviço prestado em estabelecimento de ensino por servidores públicos e autárquicos.

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo decreta e eu, Conceição da Costa Neves, na qualidade de seu Presidente, em exercício, promulgo nos termos do artigo 25, parágrafo único, da Constituição Estadual, a seguinte lei:

Artigo 1.º — No tempo de serviço de funcionário público, bem como no do servidor autárquico, contar-se-á para efeitos de aposentadoria e disponibilidade o prestado em estabelecimento de ensino sediado no território do Estado, reconhecido ou subvencionado pelo Poder Público e também em estabelecimentos subvencionados pelo Estado para trabalhos científicos de pesquisas, ligados à produção.

Parágrafo único — Na falta de documento expedido pela repartição pública competente, servirá de comprovante a certidão fornecida pelo estabelecimento de ensino, ou qualquer outro meio de prova permitido em direito.

Artigo 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 4 de setembro de 1962.

(a) Conceição da Costa Neves — Presidente em exercício  
Publicada na Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 4 de setembro de 1962.

(a) Francisco Carlos — Diretor Geral Substituto

LEI N. 6.899, DE 20 DE AGOSTO DE 1962

Incorpora ao sistema estadual de ensino a Escola Normal Municipal de Santa Adélia

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo decreta e eu, Conceição da Costa Neves, na qualidade de seu Presidente, em exercício, promulgo nos termos do artigo 25, parágrafo único, da Constituição Estadual, a seguinte lei:

Artigo 1.º — Fica incorporada ao sistema estadual de ensino a Escola Normal Municipal de Santa Adélia.

Parágrafo único — A incorporação de que trata este artigo somente se efetivará mediante a doação ao Estado, sem qualquer ônus, pela Prefeitura Municipal de Santa Adélia, de todo o acervo da Escola.

Artigo 2.º — Os funcionários docentes e administrativos do estabelecimento de ensino, de que trata o artigo 1.º, terão preferência para, na qualidade de extranumerários, servir no estabelecimento incorporado.

Artigo 3.º — A lei orçamentária do exercício em que se der a incorporação referida no artigo 1.º consignará dotações adequadas ao custeio das respectivas despesas.

Artigo 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.  
Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 20 de agosto de 1962.

(a) Conceição da Costa Neves — Presidente em exercício  
Publicada na Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 20 de agosto de 1962.

(a) Francisco Carlos — Diretor Geral substituto

## ORDEM DO DIA

PARA A 163.ª SESSÃO ORDINÁRIA, AOS 5  
DE SETEMBRO DE 1962

### PROPOSIÇÕES EM REGIME DE PRIORIDADE

1 — 2.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 1.510, de 1957, apresentado pelo deputado Cyro Albuquerque, autorizando o Executivo a conceder auxílio ao Aéro Clube de Itapetininga, com sede na cidade de Itapetininga. Parecer n. 523, de 1959, da Comissão de Finanças, favorável.

2 — 2.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 855, de 1960, apresentado pelo deputado Tte. Cel. Geraldo Antônio Martins, concedendo auxílio ao Exército da Salvação, desta Capital. Parecer n. 2.731, de 1961, da Comissão de Assistência Social, favorável. Parecer n. 1.000, de 1962, da Comissão de Finanças, contrário.

3 — 2.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 522, de 1961, apre-

sentado pelo deputado Avalone Júnior, oficializando a "Festa da Melancia" em Bauru. Pareceres ns. 959 e 2.079, de 1962, respectivamente das Comissões de Economia e de Finanças, favoráveis.

4 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 439, de 1961, apresentado pelo sr. Governador, dispondo sobre prorrogação de Acórdão celebrado entre o Governo do Estado, a Associação dos Usineiros do Estado de São Paulo e o Instituto do Açúcar e do Alcool. Parecer n. 1.974, de 1961, de relator especial, favorável.

5 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 671, de 1962, apresentado pelo Sr. Governador, dispondo sobre o reajustamento de verbas do orçamento vigente. Com emendas e proposta de alteração. Parecer n. 2.028, de 1962, da Comissão de Justiça, favorável ao Projeto às emendas e à Proposta de alteração.

### PROPOSIÇÕES EM REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

1 — Discussão única e votação do Projeto de lei n. 946, de 1961, apresentado pelo Senhor Governador, dispondo sobre alienação, por doação, à Prefeitura de Boituva, de imóveis situados naquela cidade. Pareceres ns. 3.245, de 1961, 1.341 e 2.075, de 1962, respectivamente de relatores especiais e da Comissão de Finanças, favoráveis.

2 — Discussão única e votação do Projeto de lei n. 1.101, de 1961, apresentado pelo deputado Solon Borges dos Reis, dando a denominação de "Prof. Modesto Tavares de Lima" ao Ginásio de Aparecida, em Itapetininga. Pareceres ns. 3.278, de 1961 e 311, de 1962, respectivamente das Comissões de Justiça e de Educação, favoráveis.

3 — Discussão única e votação do Projeto de lei n. 1.320, de 1961, apresentado pelo deputado Athié Jorge Coury, retificando item de lei de auxílios. Parecer n. 1040, de 1962, da Comissão de Justiça, favorável. Parecer n. 2087, de 1962, da Comissão de Finanças, favorável e oferecendo 14 emendas decorrentes de sugestões apresentadas nos termos do artigo 61 do Regimento Interno.

4 — Discussão única e votação do Projeto de lei n. 18, de 1962, apresentado pelo deputado Angelo Zanini, declarando de utilidade pública o Instituto Social e Educacional de Bragança Paulista. Parecer n. 1938, de 1962, da Comissão de Justiça, favorável.

5 — Discussão única e votação do Projeto de lei n. 157, de 1962, apresentado pelo deputado Lavinio Lucchesi, dando a denominação de "Professor Raul Vieira Luz" ao 2.º Grupo Escolar de Monte Aprazível. Pareceres ns. 1072 e 2007, de 1962, respectivamente das Comissões de Justiça e de Educação, favoráveis.

6 — Discussão única e votação do Projeto de lei n. 377, de 1962, apresentado pelo deputado Anaeto Barbosa, dando a denominação de "Salvador Delfino de Amorim Lima" ao Fórum de Regente Feijó. Parecer n. 1984, de 1962, da Comissão de Justiça, favorável.

7 — Discussão única e votação do Projeto de lei n. 618, de 1962, apresentado pelo deputado Dante Perri, declarando de utilidade pública a Organização Artística Primavera, de Campinas. Parecer n. 1936, de 1962, da Comissão de Justiça, favorável.

8 — Discussão e votação da Moção n. 5, de 1961, apresentada pelo deputado Benedito Matarazzo, apelando ao sr. Presidente da República no sentido de ser reaparelhado o Pôrto de São Sebastião para o descondicionamento do Pôrto de Santos. Parecer n. 790, de 1961, da Comissão de Obras Públicas, favorável.

9 — 2.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 1058, de 1957, apresentado pelo deputado Germinal Feijó, criando escola de iniciação agrícola em Brotas. Em anexo o Projeto de lei n. 1698, de 1959. Pareceres ns. 3028 e 3029, de 1960, respectivamente das Comissões de Educação e de Finanças, favoráveis.

10 — 2.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 753, de 1959, apresentado pelo deputado Luciano Lepera, criando escola técnica de comércio em Fribairão Preto. Pareceres ns. 453 e 845, de 1962, respectivamente das Comissões de Educação e de Finanças, favoráveis.

11 — 2.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 848, de 1959, apresentado pelo deputado Semi Jorge Resegue, criando escola de enfermagem em Jau. Pareceres ns. 1509 e 2052, de 1962, respectivamente das Comissões de Educação e de Finanças, favoráveis.

12 — 2.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 285, de 1960, apresentado pelo deputado Eduardo Barnabé, contando, para efeito de aposentadoria e disponibilidade o período de trabalho prestado a instituição de caráter privado que tiver sido transformada em estabelecimento de serviço público. Parecer n. 2019, de 1962, da Comissão de Serviço Civil, favorável.

13 — 2.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 1.129, de 1962, apresentado pelo deputado Wilson Lapa, criando subposto de assistência médico-sanitária no distrito de Turmalina, em Estrela D'Oeste. Parecer n. 1224, de 1962, da Comissão de Saúde e Higiene, favorável. Parecer n. 2090, de 1962, da Comissão de Finanças, favorável e oferecendo uma emenda decorrente da sugestão apresentada nos termos do artigo 61 do Regimento Interno.

14 — 2.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 109, de 1961, apresentado pelo deputado Santilli Sobrinho, assegurando o direito de opção aos servidores de escritórios de justiça que sofreram desmembramentos territoriais anteriores à Lei n. 5.285, de 18-2-59. Com emenda. Parecer n. 968, de 1961, de relator especial, favorável ao projeto, à emenda e com emenda. Parecer n. 1983, de 1962, da Comissão de Justiça, favorável ao projeto, às emendas e com emenda.

15 — 2.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 464, de 1961, apresentado pelo deputado Bento Dias Gonzaga, criando sub-divisão da Guarda Civil em Piracicaba. Pareceres ns. 1790 e 2066, de 1962, respectivamente das Comissões de Serviço Civil e de Finanças, favoráveis.

16 — 2.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 579, de 1961, apresentado pelo deputado Gustavo Martini, criando escola vocacional em Santos. Parecer n. 2784, de 1961, da Comissão de Justiça, favorável, com emenda. Pareceres ns. 867 e 2081, de 1962, respectivamente das Comissões de Educação e de Finanças, favoráveis ao projeto e à emenda.

17 — 2.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 581, de 1961, apresentado pelo deputado Fernando Mauro, criando escola industrial em Tupi Paulista. Pareceres ns. 1.719 e 2.082, de 1962, respectivamente das Comissões de Educação e de Finanças, favoráveis.

18 — 2.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 618, de 1961, apresentado pelo deputado Murillo Souza Reis, criando a Cidade Residencial da Guarda Civil. Parecer n. 2334, de 1961, da Comissão de Justiça, favorável, com emenda. Parecer n. 1257, de 1962, da Comissão de Obras Públicas, favorável. Parecer n. 2083, de 1962, da Comissão de Finanças, favorável ao Projeto e à emenda.

19 — 2.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 744, de 1961, apresentado pelo deputado Carlos Kherlakian, criando escola normal em Ferraz de Vasconcelos. Pareceres ns. 1178 e 2076, de 1962, respectivamente das Comissões de Educação e de Finanças, favoráveis.

20 — 2.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 31, de 1962, apresentado pelo deputado Lopes Ferraz, criando escola normal em Olímpia. Pareceres ns. 1.971 e 2.055, de 1962, respectivamente de relator especial e da Comissão de Finanças, favoráveis.

21 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 1947, de 1958, apresentado pelo deputado Farabulini Junior, criando escola industrial no bairro da Mooca, nesta Capital. Parecer n. 416, de 1959, da Comissão de Justiça, favorável.

22 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 636, de 1959, apresentado pelo deputado Jacob Pedro Carolo, criando posto de assistência médico-sanitária no município de Bom Jesus dos Perdões. Parecer n. 1.356, de 1959, da Comissão de Justiça, favorável.

23 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 1442, de 1959, apresentado pelo deputado Onofre Gossien, criando grupo escolar rural no bairro da Capelinha, município de Ipaú. Parecer n. 2128, de 1959, da Comissão de Justiça, favorável, com emenda.

24 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 1745, de 1959, apresentado pelo deputado Francisco Franco, estendendo aos servidores civis, aos oficiais e praças da Força Pública e da Guarda Civil, que tenham prestado ser-